



Valter Pereira preside reunião da CCJ que acolheu proposta sobre plebiscito para criar estado do Maranhão do Sul

Fundo contra a violência é aprovado em comissão

CCJ acolhe criação de fundo anual de R\$ 2,5 bi, prisão de até 15 anos para quem aliciar menor e aumento de penas por desvio de recursos

A proposta de emenda à Constituição, de autoria de Antonio Carlos Magalhães, prevê a criação do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade para vigorar até o ano de 2020, no âmbito do Poder Executivo federal. Essa medida será analisada agora pelo Plenário do Senado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou também projeto de Aloizio Mercadante que institui pena de quatro a 15 anos de prisão para quem aliciar criança ou adolescente para atividade criminosa. Outro projeto acolhido, de autoria de Papaléo Paes, aumenta as sanções nos casos de improbidade administrativa em que estejam envolvidas verbas destinadas à saúde e à educação. As propostas de Mercadante e Papaléo receberam aprovação terminativa, ou seja, poderão ser enviadas diretamente ao exame da Câmara dos Deputados se não houver recurso para sua apreciação pelo Plenário do Senado. **Página 5**

São Paulo terá canal aberto da TV Senado

A TV Senado contará, ainda este ano, com canal aberto na capital paulista. A promessa foi feita pelo ministro Hélio Costa na solenidade de inauguração dos canais de Recife, João Pessoa e Manaus. **Página 3**



Presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugura canais; a seu lado, Hélio Costa (E), Efraim Moraes, Arthur Virgílio e Alfredo Nascimento

Oposição vai obstruir votações em Plenário

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do PFL, José Agripino, anunciaram ontem que a oposição vai obstruir as votações até que o governo se posicione sobre eventual veto à Emenda 3 ao projeto que cria a Super-Receita. **Página 7**

Paim vê movimento contra Previdência

Paulo Paim adverte, em seminário, que há interesse em desacreditar o sistema público de previdência no Brasil com a finalidade de privatizá-lo. **Página 8**



Brasil deve liderar debate sobre clima, diz Goldemberg

O físico José Goldemberg afirmou ontem, no Senado, que o Brasil deveria usar seu peso político na área ambiental para garantir o início das negociações destinadas a atualizar o Protocolo de Kyoto. **Página 6**



Goldemberg: "Estamos no pior dos mundos, em que um lado culpa o outro"

Projeto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente visa assegurar maior utilização de reservas minerais, com o aproveitamento autônomo de unidades desmembradas

Mudança em código permite dividir área de concessão mineral

Projeto que altera o Código de Mineração, de modo a permitir que o Departamento Nacional de Produção Mineral autorize o desmembramento de títulos de concessões de lavra ou licença de exploração foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De acordo com a proposta (PLS 245/06), do ex-senador Marcos Guerra, só será permitido o fracionamento que não comprometa a utilização racional da área, e desde que fiquem evidenciadas a viabilidade técnica e o aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes.

Em seu parecer favorável, o relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), acrescentou emenda para exigir que, além de memorial justificativo, o pedido para desmembramento seja acompanhado da licença ambiental pertinente em relação a cada uma das concessões ou licenças pretendidas. A proposição segue para a Comissão de Infra-Estrutura, onde



CMA também examinou proposta sobre descarte de resíduos de óleo comestível

receberá parecer terminativo.

A CMA examinou ainda o PLS 296/05, de autoria do ex-senador Valmir Amaral, determinando que o rótulo das embalagens de óleo comestível informe que o produto deve ser descartado em garrafas plásticas fechadas destinadas ao lixo orgânico. O relator, Jonas Pinheiro (PFL-MT), acompanhou parecer da Comissão de Educação pela rejeição. Segundo ele, a melhor forma de dispor sobre o descarte é por meio de programas voluntários de coleta seletiva e

reciclagem.

Os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediram vista da matéria. Conforme Marconi, o assunto merece discussão porque os resíduos de óleo de cozinha são fonte de poluição hídrica. Para Inácio, a melhor solução é encaminhar esses resíduos para reaproveitamento como combustível. O presidente da CMO, Lecomar Quintanilha (PMDB-TO), decidiu conceder vista coletiva da proposta.

Subcomissão irá estudar gerenciamento do lixo

A Comissão do Meio Ambiente aprovou requerimento de Cícero Lucena (PSDB-PB) para a criação de subcomissão especial destinada a estudar o gerenciamento dos resíduos sólidos. Para o senador, os “lixões” das cidades brasileiras representam “uma chaga social, em face das inúmeras famílias

que gravitam em torno desses depósitos de resíduos, sobrevivendo de maneira desumana”.

O colegiado deverá apresentar propostas, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios para transformar os “lixões” em aterros sanitários nos quais será feita a reciclagem

de materiais.

Também foi acolhido requerimento de Lucena e de César Borges (PFL-BA) que pede auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) na Secretaria de Saúde de Salvador para investigar aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2005 e 2006.

“Quem muda de partido está traindo voto que recebeu”, afirma Efraim

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), defendeu ontem o instituto da fidelidade partidária, em sua avaliação um dos princípios que devem ser consagrados na reforma política, para assegurar o “direito do partido sobre o mandato”. A opinião foi manifestada durante encontro com associações estaduais e nacionais de vereadores, no auditório do programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

– Quem muda de partido assim que se elege está traindo o voto que recebeu do cidadão, já que o eleitor muitas vezes está votando no partido – assinalou.

Mais de 20 entidades participaram do encontro, destinado a estreitar o diálogo entre o Senado e as câmaras municipais. Na oca-

sião, foi inaugurado no Interlegis o Espaço do Parlamentar – gabinete de apoio à disposição de vereadores e deputados estaduais. Eles terão computadores, aparelho de fax, telefone, TV e outros equipamentos para desempenhar adequadamente suas funções quando estiverem cumprindo agenda de trabalho no Congresso Nacional.

Efraim, que também é diretor do programa Interlegis, afirmou aos dirigentes das associações que os vereadores têm papel importante em seus municípios, pois estão mais próximos do dia-a-dia da população. Como representantes da comunidade, enfatizou o senador, esses parlamentares têm o dever de ser porta-vozes das minorias, dos grupos organizados, de associações e sindicatos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão deliberativa no Plenário

A sessão de caráter deliberativo tem início às 14h. O primeiro item da ordem do dia é a proposta de emenda à Constituição que torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que por duas vezes ocupar o cargo indicado pelo tribunal competente. Em seguida, será examinada a PEC 2/07, que restabelece a cláusula de barreira.

Divulgação dos direitos fundamentais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove reunião, às 9h, para analisar, entre outros, o projeto que estabelece a difusão, por órgãos públicos, dos direitos fundamentais e dos direitos humanos.

Embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se às 10h para analisar a indicação dos diplomatas Vitor Candido Paim Gobato e Raul de Taunay para os cargos de embaixador junto à Romênia e ao Zimbábue, respectivamente.

Saneamento básico

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne, às 11h, para examinar diretrizes para o saneamento básico, entre outros itens. No mesmo horário, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) também realiza reunião.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, Gerson Camata e Jayme Campos e pelas senadoras Serys Shhessarenko e Rosalba Ciarlini

Audiência debate entrada de telefônicas no mercado de TV paga

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem requerimento para ouvir em audiência o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior. Ele deverá prestar informações sobre a aprovação da licença obtida no último dia 7 pela empresa Telefonica para prestação de serviço de TV por assinatura via satélite (Direct-To-Home). Na prática, a empresa passa a operar no mercado de TV paga.

Para o presidente da comissão, Wellington Salgado (PMDB-MG), que é autor do requerimento, essa licença pode abrir uma “competição absurda”. Ele destacou que as TVs via satélite concorrem diretamente

com as TVs a cabo, controladas pela Lei de Radiodifusão – que só permite a participação de 30% de capital estrangeiro, enquanto as telefônicas podem contar com 100% desse tipo de capital. Wellington reforçou a necessidade de criação de uma legislação de convergência para equilibrar essa nova situação.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou que o fato de as TVs via satélite não terem conteúdo submetido à Lei de Radiodifusão gera uma questão que deve ser resolvida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Já Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que várias empresas de TV a cabo têm entrado na Justiça contra o que consideram “concorrência desleal”.



Em reunião da CCT, Wellington (E) e Tuma apontam riscos de concorrência desleal

Comissão discute regulamentação de diversas profissões

A criação de conselhos profissionais e a regulamentação de diversas profissões serão tema de debate em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Requerimento da presidente do colegiado, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), com essa finalidade foi aprovado ontem e tem o objetivo de instruir a discussão e a votação de vários projetos que tramitam na CAS.

A regulamentação das profissões de nutricionista, acupunturista, ecólogo, fotógrafo e gastrólogo está entre as propostas que aguardam parecer da comissão. Para o debate serão convidados o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra; a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Secção do DF, Estefânia Ferreira; o presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, Nelson Marquezelli (PTB-SP); e o advogado Eduardo Saad.

Renan recebe apelo contra a transposição do São Francisco

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ex-governador de Sergipe João Alves, que, acompanhado de parlamentares e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, veio manifestar-se contra a transposição das águas do rio. Alegando que a questão está sub judice no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal de Contas da União (TCU), o grupo pediu a Renan que o Legislativo chame para si a responsabilidade sobre a decisão.

Eles relataram que o STF já reconheceu que a transposição envolve conflito federativo, por atingir interesses de dez estados. Também argumentaram que foi uma precipitação o governo de Luiz Inácio Lula da Silva ter aberto licitações para as obras de transposição. E defenderam opções mais baratas para se resolver o problema do semi-árido.

Ministro elogia filosofia de trabalho e “conteúdo inteligente” da emissora, que, disse, terá lugar garantido na TV digital. Ontem foram inaugurados canais em Recife, Manaus e João Pessoa



Costa discursa na inauguração de três novos canais da emissora, observado por Cícero Lucena (E), Renan, Efraim, Virgílio e Nascimento

Hélio Costa: São Paulo terá canal aberto da TV Senado este ano

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, disse ontem que a TV Senado é uma das seis emissoras públicas que terão canal garantido na TV digital. Ao mesmo tempo, o ministro adiantou que São Paulo deverá operar ainda este ano a tecnologia digital e isso abrirá espaço para que o sinal da TV Senado chegue também, até dezembro, aos lares dos paulistas.

Ao elogiar a filosofia de trabalho da TV Senado, Hélio Costa chamou a atenção para o “conteúdo inteligente” da emissora. Costa realçou a disposição do presidente do Senado, Renan Calheiros, em levar as imagens da emissora ao maior número de cidadãos e localidades brasileiras.

As afirmações foram feitas durante solenidade, no Salão Nobre, de inauguração de três novos canais abertos da TV Senado – em João Pessoa (canal 40), Recife (canal 55) e Manaus (canal 57). Em Salvador, a transmissão em sinal aberto da TV Senado foi inaugurada em novembro do ano

passado. Também participaram do evento o presidente do Senado, Renan Calheiros, o 1º secretário, Efraim Moraes, além de vários outros senadores.

Renan afirmou que o sinal aberto democratiza a informação para todas as camadas da população. Ele acrescentou que a TV Senado é instrumento de cidadania e de controle democrático do Legislativo pela população.

Ao abrir a cerimônia, Efraim Moraes afirmou que a transmissão da TV Senado em sinal aberto amplia a interação do Legislativo com a sociedade, o que é um fator fundamental para a consolidação do processo democrático.

Os novos canais retransmissores em sinal aberto já estão operando em caráter experimental, passando a alcançar um público estimado de 6 milhões e 500 mil brasileiros em Recife, Manaus e João Pessoa.

Com a futura inauguração dos canais abertos da TV Senado em mais nove capitais – Fortaleza, Rio de Janeiro, Goiânia, Belém,

Boa Vista, Cuiabá, Maceió, Natal e Campo Grande, além da cidade do Gama, no Distrito Federal – o público da emissora chegará a 90 milhões de pessoas, informou Renan.

–Ao longo dos últimos 11 anos, a TV tem sido motivo de orgulho não apenas para nós, parlamentares e funcionários, como para todos os brasileiros, que podem acompanhar, em tempo real, tudo o que acontece no Senado, de forma imparcial, isenta, sem qualquer corte ou censura – declarou.

Com documentários, programas especiais, telejornais e transmissões ao vivo das sessões plenárias, das comissões permanentes e do trabalho das comissões parlamentares de inquérito, a TV Senado é hoje muito mais que um meio de informação, disse Renan. Ele lembrou que a emissora foi inaugurada em fevereiro de 1996 pelo senador José Sarney, então presidente do Senado.

– Foi uma decisão ousada – ressaltou Renan.

Lúcia Vânia condena canal de televisão do Executivo

Lúcia Vânia (PSDB-GO) condenou a proposta de criação de um novo canal de televisão estatal para divulgação do Executivo. A senadora também criticou a possibilidade de o Congresso entregar ao Executivo a prerrogativa de legislar sobre consultas populares por meio de plebiscitos. Os assuntos, informou, foram abordados pelo ex-deputado Delfim Netto em artigo publicado ontem pelo jornal Folha de S.Paulo.

A senadora considera que a proposta de um novo canal estatal significa “abrir um espaço junto à sociedade para que somente assuntos de interesse do governo sejam apresentados”. O projeto, disse, tem “um viés autoritário” e objetiva influenciar a opinião pública.

– O que o governo Lula precisa é de um projeto sério e viável de desenvolvimento econômico, com inclusão social – sugeriu.



Para Lúcia Vânia, a proposta tem por objetivo influenciar a opinião pública



Carreiro (E) discursa ao lado de outros ministros do tribunal e de Renan (2º à direita)

Senadores comparecem à posse de Raimundo Carreiro no TCU

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e mais de 50 outros senadores compareceram ontem à posse do ex-secretário-geral da Mesa do Senado Raimundo Carreiro como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Carreiro foi saudado pelo presidente do TCU, Walton Rodrigues, e pelo ministro do tribunal Marcos Villaça.

Titular do cargo de secretário-geral da Mesa do Senado desde 1995, Carreiro agradeceu em seu discurso de posse a Renan e aos ex-presidentes do Senado pelo trabalho que teve a oportunidade de realizar na Casa que é, conforme afirmou, “a grande escola” da sua vida. Agradeceu

ainda à Câmara dos Deputados e ao presidente Lula pelo acolhimento, em fevereiro deste ano, da sua indicação ao TCU.

Renan disse, logo após a posse, que “o trabalho qualificado de Carreiro deverá ser tão importante para o TCU quanto para o país”. José Sarney (PMDB-AP) opinou que o novo ministro deverá exercer sua nova função com autonomia, dignidade e espírito público. “Ele é um funcionário exemplar cuja vida toda foi dedicada ao serviço público”, afirmou.

Serys Slhessarenko (PT-MT) lembrou que o nome de Carreiro foi aprovado por unanimidade pelos senadores.

Em reunião no Ministério da Justiça – da qual participou o presidente do Senado, Renan Calheiros –, ficou decidida a criação de um gabinete de gestão integrada para combater o crime em Alagoas. Com a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, esse gabinete será instalado hoje, em Maceió, para identificar as causas do recrudescimento do crime no estado e traçar um plano de ação.

Também participaram da reunião o governador do estado, Teotônio Vilela; os senadores João Tenório (PSDB-AL) e Romeu Tuma (PFL-SP); o deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL); o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda; o secretário Nacional de Segurança Pública, Robson Robin; e o prefeito de Arapiraca, Luciano Barbosa.

Renan anunciou que esse grupo de ação integrada promoverá a atuação conjunta da polícias Fe-



Acompanhadas de senadores, autoridades de Alagoas estiveram com Thomaz Bastos

deral, Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário naquele estado. O último crime a convulsionar Alagoas foi o seqüestro do juiz Paulo Zacarias, libertado ontem.

Renan afirmou ter saído do encontro confiante na ação desse gabinete de ação integrada. Ele disse que só uma investigação rigorosa

pode levar à origem da multiplicação dos crimes no estado.

– Seria leviandade falar qualquer coisa. Mas é muita coincidência serem seqüestrados ao mesmo tempo três membros do Judiciário, Poder que foi fundamental no passado no combate ao crime organizado e no desmantelamento de parcelas do crime que dominavam o estado – enfatizou.



Claudino quer empreendedorismo como disciplina extracurricular no ensino médio

João Claudino elogia trabalho de jovens empresários

João Vicente Claudino (PTB-PI) elogiou o trabalho que vem sendo feito pela Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje). O senador informou que a Conaje foi criada em 1992 por empresários de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, e atualmente conta com mais de 20 mil membros.

Claudino também manifestou apoio ao Projeto de Lei 273/06, que inclui o empreendedorismo como componente extracurricular dos ensinos médio e profissionalizante, aprovado em fevereiro na Comissão de Educação. A proposta agora tramita na Câmara.

Frente das micro e pequenas empresas é lançada em evento

Foi lançada ontem a Frente Parlamentar em Defesa das Micro e Pequenas Empresas. Participaram do evento os senadores Adelmir Santana (PFL-DF) e Renato Casagrande (PSB-ES); o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP); os deputados José Pimentel (PT-PE), que presidirá a frente, e Carlos Melles (PFL-MG); o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto; e líderes empresariais.

Segundo Adelmir Santana, presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, o principal objetivo da frente, que já conta com o apoio de cerca de 30 senadores e mais de 200 deputados, é zelar pela correta regulamentação dos dispositivos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sancionada em dezembro de 2006.

Na ocasião, o Sebrae lançou um livro sobre a elaboração e tramitação da lei, que ficou conhecida como Supersimples.



Para Romeu Tuma, polícias militar e civil devem estar sob comando único

Tuma pede mais investimentos no preparo das polícias

Romeu Tuma (PFL-SP) reivindicou que os governadores empenhem-se em investir no preparo das polícias militar e civil, “que deveriam estar submetidas a um comando único”. Segundo o senador, os governos têm que criar forças especiais, “pois custa caríssimo a remoção da Força Nacional”. Tuma também se disse chocado com a proposta de descriminalização das drogas, defendida pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho.

Ele frisou ainda que o governo dos Estados Unidos deveria rever a decisão de impor sobretaxa ao álcool brasileiro.

Malta: Brasil deveria combater a violência como fez a Colômbia

O Brasil tem muito a aprender com a Colômbia no que se refere ao combate ao narcotráfico, na opinião de Magno Malta (PR-ES). O senador recomendou a leitura da reportagem “As lições da Colômbia para o Brasil”, publicada pela revista Época em 19 de fevereiro, que mostra como o país reduziu drasticamente seus índices de criminalidade em pouco mais de uma década.

– O que a Colômbia viveu é o que nós estamos vivendo nas ruas do Brasil. Lá, os poderes públicos, as ONGs, as instituições religiosas, os cidadãos anônimos, todos se juntaram – disse.



Malta diz que Brasil deveria seguir experiência de combate ao narcotráfico



Casagrande é contrário ao aumento da carga tributária provocado pela medida

Casagrande se diz cético em relação a fundo antiviolência

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que é contrário a qualquer tipo de aumento da carga tributária para alimentar o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade, aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O senador defendeu a aplicação mais eficaz dos recursos já disponibilizados no Orçamento, e se disse cético quanto aos resultados da criação de “mais um fundo”.

– Infelizmente o governo Lula deu continuidade ao aumento abusivo de carga tributária promovido pelo governo Fernando Henrique – ressaltou.

Medidas para reprimir a violência e a corrupção encontram-se entre as propostas votadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pena maior em casos de improbidade administrativa

Por 15 votos favoráveis, a CCJ aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto que altera a Lei 8.429/92, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, para aumentar as sanções nos casos em que estejam envolvidas verbas públicas destinadas à saúde e à educação.

Pelo projeto – PLS 119/05, de Papaléo Paes (PSDB-AP) e relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT) –, os que praticarem atos de improbidade administrativa envolvendo verbas públicas destinadas a esses setores terão agravadas as penas nos casos de enriquecimento ilícito e lesão ao erário.

Com relação a enriquecimento ilícito, as penas para a suspensão de direitos políticos passam dos atuais oito a dez anos para dez a 12 anos, um aumento de 25% e 20%, respectivamente, das penas mínima e máxima. Outra mudança refere-se ao pagamento de multa civil, que atualmente é de até três vezes o valor do dano. De acordo com o projeto, será de até quatro vezes o valor do acréscimo patrimonial.

Quem desobedecer a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios sofrerá a pena de 12 anos (hoje, em dez) de suspensão dos direitos políticos.

Nos casos de lesão ao erário, as penas para a suspensão dos direitos políticos aumentarão dos atuais cinco a oito anos para oito a dez anos. Quanto ao pagamento de multa civil, que hoje é de até duas vezes o valor do dano, a proposta estabelece que seja até três vezes esse valor.

Ainda nas situações de lesão ao erário, para quem desobedecer a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, o projeto aumenta a pena de cinco para oito anos.



Papaléo é autor do projeto que visa evitar desvio de verbas da saúde e da educação



Demostenes Torres (C) apresenta relatório; em primeiro plano, Jayme Campos (E), Edison Lobão, Romeu Tuma e Adelmir Santana

CCJ aprova criação de fundo de R\$ 2,5 bi para combater violência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a criação do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta de emenda à Constituição – acolhida por todos os presentes, com a abstenção do senador Jefferson Péres (PDT-AM) – será ainda discutida e votada em dois turnos pelo Plenário do Senado para depois ser enviada à Câmara.

A proposta (PEC 5/07) – que recebeu parecer favorável do relator Demostenes Torres (PFL-GO) – cria um fundo, a ser regulado por lei complementar, que deverá vigorar até o ano 2020, no âmbito do Poder Executivo federal. A PEC acrescenta quatro artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e estabelece a criação de um conselho consultivo e de acompanhamento, que terá a participação de representantes da sociedade civil.

Os objetivos da PEC, con-



Proposta de Antonio Carlos Magalhães será levada ao exame do Plenário

forme explicou o relator, são viabilizar ações preventivas que assegurem à população o acesso a níveis dignos de segurança pública e garantir recursos para o apoio emergencial e permanente às vítimas da violência e aos agentes do poder público diretamente envolvidos no combate à criminalidade e na defesa da sociedade civil.

A PEC foi aprovada com emendas que modificaram seu conteúdo original, acatadas pelo relator.

A composição do fundo estava prevista para não ser inferior a R\$ 3 bilhões por ano, mas, com as mudanças, deverá ficar em torno de R\$ 2,5 bilhões. O fundo será constituído por 75% dos recursos arrecadados pela União em decorrência da perda, por força de sentença condenatória, dos instrumentos utilizados e dos produtos e bens auferidos em crimes de contrabando de armas e munições, lavagem de dinheiro, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e outros ilícitos indicados em lei complementar.

Além disso, serão somados ao fundo 2,5% da arrecadação do Imposto de Renda, dotações orçamentárias, doações, receitas decorrentes de alienação de bens da União e outras receitas, definidas na regulamentação.

Ficam criados fundos congêneres nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, também para vigorar até 2020, vinculados a objetivos equivalentes ao fundo da União.

Rigor contra quem aliciar criança ou adolescente

Foi acolhido ontem pela CCJ projeto terminativo que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para punir com reclusão de quatro a 15 anos e multa quem utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro e atentado violento ao pudor. O projeto (PLS 118/03), de Aloizio Mercadante (PT-SP), pode ser enviado diretamente ao exame da Câmara. Ele já fora discutido na comissão e apreciado de forma terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 15 de fevereiro, tendo retornado à CCJ para a elaboração do texto final.

Adiada votação de projeto sobre crime organizado

A discussão e votação do projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que define o crime organizado e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção de provas, os crimes correlatos e o procedimento criminal a ser aplicado a esse tipo de delito vão ficar para a próxima reunião da CCJ, marcada para o dia 21. A decisão foi tomada ontem pelo vice-presidente da comissão, senador Valter Pereira (PMDB-MS), que concedeu vista coletiva da proposta (PLS 150/06) a vários senadores após a apresentação do relatório de Aloizio Mercadante (PT-SP).

Os parlamentares defenderam a necessidade de aprofundar a discussão do relatório, que contém várias modificações à proposta original.

Plebiscito sobre Maranhão do Sul

Os eleitores do Maranhão poderão ir às urnas para decidir, em plebiscito, sobre a criação do estado do Maranhão do Sul. A proposta foi aprovada ontem pela CCJ, que acolheu parecer de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) a projeto de decreto legislativo, cujo primeiro signatário é Edison Lobão (PFL-MA).

Pelo projeto (PDL 2/07), o estado teria uma área de quase 150 mil quilômetros quadrados, com 1 milhão e 100 mil habitantes, distribuídos por 49 municípios. A capital seria Imperatriz.

Nova universidade no estado do Pará

Foi aprovado ontem pela CCJ parecer favorável a projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), no município de Santarém. O projeto (PLS 213/06), que ainda será votado pelo Plenário, é de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A CCJ adiou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 21/05) que reestrutura os órgãos de segurança pública em razão de pedido de vista coletiva.

Acolhida criação de cargos no TST

A CCJ aprovou ontem parecer favorável do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao projeto de lei (PLC 126/06) que cria 1.119 cargos e funções no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Desse total, 324 são para analista judiciário, 169 para técnico judiciário, 88 para cargos em comissão e 538 para funções comissionadas.

Também foi acolhido requerimento do senador Demostenes Torres (PFL-GO) para que a matéria seja analisada pelo Plenário em regime de urgência.

Físico sugere que país convoque uma conferência dos dez maiores poluidores para dar início às discussões das novas metas do acordo sobre redução da emissão de gases na atmosfera

Goldemberg: Brasil deve liderar reforma do Protocolo de Kyoto

O Brasil deveria usar o seu peso político na área ambiental para garantir o início das negociações destinadas a atualizar o Protocolo de Kyoto, recomendou ontem o físico José Goldemberg durante audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas. Ele observou que as metas do texto atual esgotam-se em 2012.

O protocolo, que entrou em vigor em 2005, ainda não foi ratificado pelos Estados Unidos, responsáveis, como lembrou o físico, por 23% das emissões globais de gases que causam o efeito estufa. O governo norte-americano resiste ainda a aceitar metas para a emissão desses gases enquanto países como a China – com 17% das emissões – também não o fizerem, salientou.

Segundo o texto vigente, deve ser promovida até 2012 uma redução na emissão dos gases para 5,2% abaixo das emissões de 1990. Ambientalistas defendem a redução em 60% das emissões até 2050. Embora considere essa meta improvável, Goldemberg sugeriu que se adote ao menos uma meta próxima a essa.

Na opinião do professor, o Brasil poderia convocar uma conferência dos dez maiores emissores de gases e dar início à discussão. Mesmo que o país não aceite metas gerais de emissão de gases, propôs, deveriam ser adotadas metas de redução do desmatamento. Por outro lado, sugeriu, a China deveria comprometer-se a aumentar a eficiência de suas usinas de eletricidade.

Órgão ambiental

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a instalação no Brasil de um órgão setorial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente. A medida, a seu ver, poderia

representar um reconhecimento do papel exercido pelo país na questão ambiental.

O presidente da subcomissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), elogiou a iniciativa de Maciel e disse que ela poderia ser associada a proposta do presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), para que o Rio sedie a cúpula do meio ambiente, em 2012. Também participaram dos debates os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Wellington Salgado (PMDB-MG), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Mão Santa (PMDB-PI).



Fernando Collor, presidente do colegiado, ouve exposição do físico José Goldemberg



Por sugestão de Osmar (E), debate proposto por Sibá (segundo à esq.) incluído o biodiesel

Comissão debaterá com ministros venda de etanol para o exterior

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) propondo a realização de audiência pública sobre a produção e exportação de álcool etanol. Por sugestão de Osmar Dias (PDT-PR), o colegiado decidiu inserir como segundo tema da reunião a questão da qualidade do biodiesel.

Deverão participar da audiência pública, que ainda não tem data marcada, os ministros da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, entre outros convidados.

Em virtude de concessão de vista coletiva, foi adiada para a próxima reunião a votação de dois projetos: o PLS 266/03, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que inclui o parceiro outorgante como beneficiário do Fundo Garantia-Safra; e o PLC 82/06, que define o "ato cooperativo". A proposta visa caracterizar de forma clara os

atos praticados tão-somente pelos associados de cooperativas e seus sócios, ou entre cooperativas associadas – desde que não gerem lucro –, para fins de incidência de tributos, como PIS e Cofins.

Seguro rural

O ministro da Agricultura comparecerá na próxima quinta-feira à CRA para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural. A solicitação, feita por Osmar Dias, foi aprovada na reunião de ontem. O ministro deve detalhar para os senadores do colegiado a execução dos programas de sanidade animal e de erradicação da febre aftosa.

Também foram escolhidos na mesma reunião o presidente, o vice-presidente e os senadores que irão compor a Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, que funcionará no âmbito da CRA. A presidência ficou com João Tenório (PSDB-AL) e a vice, com Sibá Machado.



Segundo Kátia Abreu, deficiência dos transportes prejudica o setor

Kátia Abreu pede ações em favor do agronegócio

Ao defender ontem investimentos governamentais que beneficiem o agronegócio brasileiro, a senadora Kátia Abreu (PFL-TO) declarou em Plenário que o setor vem registrando "imensos prejuízos" devido a uma infra-estrutura e a uma logística de transporte de cargas deficitárias.

Ela também disse que o país prioriza erroneamente o transporte rodoviário, em detrimento de opções que seriam mais baratas e eficientes, como o hidroviário e o ferroviário. Segundo Kátia Abreu, devido à distância dos portos e às deficiências de infra-estrutura e logística, os produtores de soja da região Centro-Oeste recebem em média US\$ 30 a menos que os produtores de soja argentinos a cada tonelada comercializada.

Osmar defende seguro de renda para produtor

Ao registrar que este ano o Brasil colherá a maior safra de grãos de sua história, o senador Osmar Dias (PDT-PR) aconselhou o governo federal a aproveitar a oportunidade para alocar os recursos necessários que viabilizem o Fundo de Equalização de Catástrofes e permitam a implantação definitiva do seguro rural. Ele observou que, se as seguradoras, inclusive as estrangeiras, não tiverem esse tipo de segurança, não investirão em uma atividade de alto risco como a agricultura.

– Estou propondo em um momento que a agricultura não precisa de seguro, já que vive um clima bom de safra recorde. Para atrair as seguradoras, o governo tem que oferecer as garantias de que, se ocorrer uma catástrofe, elas poderão dispor da cobertura desse fundo. Por outro lado, o seguro evitará o êxodo rural, já que as famílias não precisarão mais ir para as cidades em busca de outra alternativa quando houver uma frustração de safra.

Outro pedido feito ao governo pelo senador foi a redução proporcional dos juros cobrados para o crédito rural. Ele espera que o percentual, que hoje é 8,75%, caia para 4,5%. Osmar sugeriu ainda a ampliação das verbas destinadas à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Raupp cobra medidas para a recuperação do setor cafeeiro

A criação, ontem, da Frente Parlamentar do Café, em ato que contou com a presença de deputados, senadores e representantes do setor, foi destacada por Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador apelou às autoridades para que atuem no sentido de que o produto volte a ter posição importante na economia nacional.

Para mostrar as dificuldades que os produtores de café vêm enfrentando, ele citou o caso de Rondônia, que chegou a produzir 2 milhões de sacas por ano e hoje não produz a metade disso. O senador assinalou que a frente, presidida pelo deputado Carlos Melles (PFL-MG), lutará pela renegociação das dívidas do setor e pela criação de incentivos.

Entre as propostas do grupo, destacou, estão a inclusão das parcelas vencidas de alongamento do Funcafé nas condições já im-



Raupp diz que frente parlamentar lutará pela renegociação de dívidas

plementadas para securitização, Programa de Saneamento de Ativos e Programa de Revitalização de Cooperativas; a manutenção do bônus de adimplência para as parcelas vencidas em 2005 e 2006; e o prazo de espera para as parcelas vencidas e vincendas a partir de fevereiro de 2007, com data limite fixada para 30 de abril próximo.



Segundo Crivella, governos construíram estratégias a partir de lendas

PAC é um ponto de inflexão no governo Lula, avalia Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) declarou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa “um ponto de inflexão na trajetória da política econômica do governo Lula”. Ele disse que os dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro de Luiz Inácio Lula da Silva “construíram suas estratégias de crescimento a partir de lendas”, com base em uma atuação extremamente limitada do Estado.

Para o senador, “o PAC adota a idéia de que o investimento público atrai o investimento privado, além de abrir espaço para a expansão deste último”.

Oposicionistas reagem a anúncio de Mantega quanto a emenda sobre poderes de auditores da Super-Receita na fiscalização de contratos entre empresas

Contra possível veto de Lula, PFL e PSDB anunciam obstrução

Uma emenda aprovada pelo Senado e acolhida pela Câmara dos Deputados, na proposta de criação da Super-Receita, está no centro da queda-de-braço entre governo e oposição no Senado. Ontem, os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), anunciaram a decisão de obstruir as votações de Plenário até que o presidente Lula se posicione quanto a um eventual veto a esse dispositivo.

A emenda retira dos auditores fiscais o poder de autuar empresa quando avaliarem que um contrato de prestação de serviço celebrado com outra empresa encobre relação trabalhista. Assim, a decisão quanto à legitimidade de contratos dessa natureza caberia exclusivamente à Justiça trabalhista. O possível veto à emenda foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O líder tucano se disse disposto



Virgílio antecipa entendimentos para derrubar possível veto presidencial

a apreciar a decisão presidencial tão logo ela chegue ao Congresso e informou que já está negociando com o presidente Renan Calheiros as condições políticas para derrubar um possível veto à matéria.

José Agripino afirmou que a obstrução será utilizada em “legítima defesa daqueles que estão sendo atingidos pelo governo



“Prestadores de serviços precisam de alguém que fale por eles”, diz Agripino

Lula e precisam de alguém que fale por eles”, numa referência aos prestadores de serviços.

– Não vou votar contra o que for de interesse coletivo, mas não vou deixar o governo vender gato por lebre para a população – declarou, referindo-se ao Programa de Aceleração do Crescimento, que considerou apenas um enunciado de intenções.



Medidas propostas por Dornelles visam proteger os interesses das pessoas físicas

Dornelles apresenta projetos em defesa dos contribuintes

Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou ter apresentado quatro projetos com o objetivo de defender os interesses dos contribuintes. O primeiro prevê que a pessoa física com direito à restituição do Imposto de Renda poderá usar o valor para compensação de imposto que tenha a pagar. O segundo trata de recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

O terceiro projeto estabelece prazo para formalização de acordos em conselhos de contribuintes e na Câmara Superior de Recursos Fiscais. E o quarto prevê a dedução no Imposto de Renda por filho ainda em fase de gestação.



Azeredo cobra concretização das parcerias público-privadas para recuperar rodovias

Azeredo reclama da “precária situação” das estradas do país

Em discurso feito ontem, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) alertou para o descaso do governo em relação às estradas brasileiras. Para o senador, as rodovias do país estão em “precária situação” por não receberem a devida atenção do governo Lula, que trata o setor de transportes como “questão secundária”. Eduardo Azeredo cobrou a concretização das chamadas parcerias público-privadas (PPPs), que poderiam proporcionar a recuperação de rodovias.

– Todos os homens de visão percebem que a criação de um sistema eficiente de transportes é fundamental para o país – afirmou o parlamentar.

Gerson Camata critica obstrução de oposicionistas

Gerson Camata (PMDB-ES) criticou ontem a obstrução, pelos oposicionistas, dos trabalhos na Câmara dos Deputados até que o Supremo Tribunal Federal delibere sobre a instalação de comissão parlamentar de inquérito para investigar a crise nos aeroportos.

Embora o senador admita a necessidade de uma CPI para investigar as causas dos transtornos aos usuários de transportes aéreos nos vãos, ele diz que a situação de aumento da criminalidade e da violência no Brasil já assume proporções de “guerra de guerrilhas”, não podendo o Congresso deixar de votar matérias para minorar o quadro.



Camata admite necessidade de CPI, mas lembra que Congresso precisa trabalhar



Líderes no Congresso, Senado e Câmara foram importantes na era FHC, diz Flexa

Flexa Ribeiro elogia presidente Lula pela escolha de líderes

O presidente Lula mereceu ontem elogios do oposicionista Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pela escolha dos líderes governistas no Congresso, Senado e Câmara dos Deputados. O senador lembrou que tanto os líderes no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), e no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), quanto o novo líder na Câmara, José Múcio (PTB-PE), foram peças importantes nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Flexa Ribeiro comentou ainda notícias publicada ontem sobre a satisfação de Lula pelo fato de o PT não mais pressioná-lo por cargos na reforma ministerial.

Protocolado requerimento para criar CPI das ONGs

Requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos para organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) foi protocolado ontem pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

O documento diz que as investigações abrangeriam o período de 2003 a 2006, mas Heráclito informou que Sibá Machado (PT-AC) está colhendo assinaturas para garantir um período mais amplo – de 1999 a 2006 –, alteração com a qual o autor do requerimento disse concordar.



Autor do requerimento, Heráclito apóia período de investigação de 1999 a 2006



Ministério da Educação pagará salários de pesquisadores do órgão, afirma Garibaldi

Garibaldi: Natal sediará instituto de neurociências

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) anunciou ontem, após encontro entre o ministro da Educação, Fernando Haddad, e parlamentares do Rio Grande do Norte, a criação de um instituto de neurociências em Natal. O instituto, observou, representa um grande avanço científico para o país e para o mundo.

O senador informou que caberá ao Ministério da Educação a responsabilidade pelo pagamento dos salários dos pesquisadores da nova instituição. Esclareceu ainda que a escolha de Natal como sede do instituto visou contribuir para a redução das desigualdades regionais.



Polícia baiana não solucionou assassinato de funcionário público, protesta Borges

César Borges pede investigação ágil de crime na Bahia

A demora da Polícia Civil baiana para investigar o assassinato do funcionário público municipal Neylton Silveira Couto foi motivo de protesto, ontem, do senador César Borges (PFL-BA). Ele disse que, após 30 dias do crime, a polícia marcou o último dia 6 para apresentar os resultados do inquérito, mas não apresentou nada de novo.

O senador informou que a própria polícia baiana aponta como motivação do crime a discordância do funcionário com improbidades administrativas que estariam sendo praticadas na Secretaria Municipal de Saúde de Salvador com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).



Flávio Arns diz que, segundo evidências, problema se concentra nas distribuidoras

Arns denuncia cartel que manipula preços de combustíveis

Ao opinar que o crime organizado no Brasil não se limita às drogas e à pirataria, o senador Flávio Arns (PT-PR) denunciou a existência de um cartel que vem manipulando os preços de combustíveis no Brasil. Ele destacou que as evidências apontam que o problema se concentra nas distribuidoras, e não nos postos de gasolina. Atualmente, cinco distribuidoras operam no país: Shell, Texaco, Esso, Ipiranga e BR-Distribuidora.

– Cartel é crime contra a sociedade, contra a economia. É abuso de poder econômico e acontece no Brasil inteiro – afirmou Arns.

Senador diz que é preciso resgatar importância do setor e, para isso, sugere a aprovação da PEC que proíbe a destinação de recursos da Seguridade Social a outros fins

Paim vê interesse em desacreditar a Previdência para privatizá-la

Há interesse em desacreditar o sistema público de Previdência no Brasil, com a finalidade de privatizá-lo. A afirmação foi feita, ontem, pelo senador Paulo Paim (PT-RS), em palestra no Seminário Internacional sobre Previdência Social, que se realiza no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

Segundo estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), disse o senador, a instituição é superavitária e constitui-se num dos maiores patrimônios do país. Na sua opinião, o setor deve ter sua importância resgatada, para que se evite a sua privatização.

– Existe um verdadeiro bombardeio com o propósito de confundir a população sobre a incerteza do futuro da Previdência, apontando-a como um sistema quebrado, deficitário, corrupto e



Ao lado do presidente da Fenafim, Luiz Antônio Barreto, Paim faz palestra em seminário

deficiente – alertou Paim.

Recursos

Entre as medidas que podem contribuir para a solução dos problemas enfrentados pelo sistema previdenciário, o senador ressaltou a importância da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 24/03), de sua autoria,

que visa proibir a destinação de recursos da Seguridade Social a outros fins.

Paulo Paim afirmou que o orçamento da Seguridade Social tem sido utilizado como fonte de recursos para órgãos dos três Poderes e para garantir o superávit primário do país.

Mão Santa cobra do governo mais recursos para a educação

Mão Santa (PMDB-PI) cobrou ontem do governo federal mais recursos em educação. Citando matéria publicada pelo Jornal do Senado, na qual são apresentados os investimentos em educação em diversos países do mundo, ele lamentou os pequenos gastos no setor realizados no Brasil em comparação a países como Suíça, Estados Unidos, Noruega e Dinamarca.

O senador apontou a relação direta existente entre educação e desenvolvimento econômico, e entre analfabetismo e pobreza.

– País de analfabeto, país que não tem educação, país que não tem saúde, é pobre, seus filhos são miseráveis. Os filhos de países alfabetizados são educados, saudáveis, ricos, prósperos e felizes. Enfim, educação é a capacidade de resolver os problemas, é a capacidade de fazer – disse.

Ao solicitar ao governo federal o término de construção de hospital universitário em seu estado, Mão Santa ainda citou frase do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Cristovam disse que o futuro



Mão Santa aponta relação direta entre educação e desenvolvimento econômico

de um país é a cara da educação de hoje, e a nossa cara está desmantelada. Vamos melhorar a cara da nossa educação e assegurar o futuro da nossa mocidade, presidente Lula – advertiu o parlamentar.

Valadares lembra jurista e ex-senador Francisco Leite Neto

O centenário do nascimento do ex-senador e jurista sergipano Francisco Leite Neto foi comemorado ontem, em Plenário, pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Nascido no município sergipano de Riachuelo em 14 de março de 1907, Leite Neto foi professor da Faculdade de Direito e de Economia e Finanças na antiga



Valadares destaca papel de Leite Neto como senador em 1963 e 1964

Escola do Comércio. Exerceu ainda os mandatos de deputado estadual entre 1946 e 1951; deputado federal de 1951 a 1955 e de 1959 a 1963; e senador entre

1963 e 1964.

Valadares destacou o relevante papel desempenhado por Leite Neto como senador nos anos de 1963 e 1964, ocasião em que teve oportunidade de demonstrar “cautela e prudência” com os conturbados acontecimentos políticos de então.

– Embora pertencente ao quadro do PSD, Francisco Leite analisou o momento político e pedia “paz social” – lembrou.

Valadares homenageou ainda o recém-eleito presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Carlos Pinna de Assis.

Homenagem aos poetas no Dia Nacional da Poesia

O poeta e senador Paulo Paim (PT-RS) registrou a comemoração, ontem, do Dia Nacional da Poesia. A data comemorativa □– 14 de março – foi escolhida em homenagem ao nascimento (em 1847) do poeta baiano Castro Alves, defensor da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, conforme lembrou o senador.

Paim recitou o final do poema Navio negreiro, de Castro Alves, e homenageou todos os poetas brasileiros citando e lendo trechos de poemas também de Mário Quintana, Casimiro de Abreu, Euclides Cavaco, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

O senador recordou ainda que, no dia 21 de março, será comemorado o Dia Mundial da Poesia, mesma data na qual é comemorado o Dia Mundial para Eliminação da Discriminação Racial.

José Maranhão elogia telenovela Páginas da vida

O senador José Maranhão (PMDB-PB) parabenizou ontem, em Plenário, a TV Globo pela exibição da telenovela Páginas da vida, encerrada no início deste mês. Em sua avaliação, a obra televisiva, do escritor Manoel Carlos, além de abordar de forma inovadora e adequada vários problemas comuns à sociedade brasileira, como o alcoolismo e o preconceito contra portadores de síndrome de Down, teve papel relevante no resgate de importantes valores familiares. Ele considerou muito instrutivas as cenas nas quais o patriarca Tide, interpretado por Tarcísio Meira, aconselhava seus filhos e netos sobre as maneiras de resolver seus problemas.

Em aparte, o senador Flávio Arns (PT-PR) informou sobre a apresentação de voto de aplauso à telenovela Páginas da vida pela Comissão de Educação (CE).



Para José Maranhão, obra teve papel relevante no resgate de valores familiares